

28.mai.2015 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Nacional de Professores de Português - ANPROPORT
Professores Fernando António Novais (Presidente da direção) e Ana Cristina Silva

Recebidos por: Deputadas Rosa Arezes (PSD) e Diana Ferreira (PCP)

Exposição: A Sra. Deputada Rosa Arezes (PSD) apresentou as boas vindas aos representantes da Associação Nacional de Professores de Português (ANPROPORT), a quem deu de imediato a palavra, para exporem os motivos que conduziram ao pedido de audiência.

Os representantes da ANPROPORT agradeceram a concessão da audiência e fizeram uma breve apresentação da recém-criada Associação, que tem como principais objetivos o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o ensino da Língua, da Cultura e da Literatura Portuguesas, numa articulação criteriosa entre os diferentes níveis de ensino, bem como a sua defesa e promoção, quer em Portugal, quer no estrangeiro. Para tal, afirmaram, empenhar-se-ão na mobilização de educadores e professores, procurando sempre um estreito diálogo com os Ministérios da Educação e Ciência e dos Negócios Estrangeiros.

Apresentaram, de seguida, a posição da Associação relativamente à ortografia a considerar nos Exames Nacionais de 2015, posição esta que pode ser consultada nos documentos que se encontram disponíveis na [página internet da Comissão](#). Afirmaram que os próprios professores e classificadores não dominam o novo Acordo e fizeram referência à reunião que mantiveram com o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) e com o Júri Nacional de Exames, que não levantaram qualquer objeção em relação à pretensão apresentada pela Associação, de aceitação de ambas as grafias.

Terminaram com um conjunto de perguntas aos Deputados da Comissão, que a seguir se indicam:

- Os Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura têm noção do caos instalado no que se refere à Língua Portuguesa?
- Têm conhecimento da contaminação do Acordo Ortográfico no ensino do Português (Ex. hífen na pronominalização)?
- Sabem que os alunos podem ser penalizados, nos exames nacionais, até 4 pontos?
- Acham justo que os alunos que não conviveram com a nova ortografia no seu percurso sejam obrigados a utilizá-la sem recurso a um corretor ortográfico?

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) lembrou que o PCP foi o único Grupo Parlamentar que não votou a favor do Acordo Ortográfico e que Portugal é, até ao momento, o único país que o adotou. Disse acompanhar as preocupações apresentadas, nomeadamente no que se refere aos exames nacionais, considerando que um domínio deficiente do Acordo pode ter um impacto relevante e decisivo no prosseguimento de estudos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A Sra. Deputada Rosa Arezes (PSD) agradeceu a exposição e afirmou que a questão do Acordo Ortográfico tem sido amplamente debatida e que as opiniões divergem, como se pode constatar nas inúmeras audições realizadas pelo Grupo de Trabalho, de que fazia parte. Referiu ainda que este Governo deu continuidade a um acordo internacional que tinha sido celebrado e que os outros países estão apenas um pouco mais atrasados. Questionou ainda os representantes da ANPROPORT sobre as implicações de um eventual retrocesso, nomeadamente para os alunos que iniciaram o seu percurso escolar com o novo Acordo.

Os representantes da ANPROPORT esclareceram que, enquanto associação, não estão a defender a suspensão do Acordo Ortográfico, estando antes preocupados com os alunos que têm de usar a nova grafia. Assim, reiteraram a apresentação da proposta de poderem ser consideradas, no presente ano letivo, em especial nos exames do 12.º ano e do 9.º ano, ambas as grafias, por não se verificar o domínio no novo Acordo, nem por parte dos alunos, nem dos classificadores.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 28 de maio de 2015

A assessora
Cristina Tavares